



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### ATA N.º 6/2024

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

A Assembleia Municipal de Borba reuniu em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Celeiro da Cultura, pelas quinze horas em sessão ordinária, sob a Presidência do Senhor Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, secretariado pelo senhor Jorge Manuel de Oliveira Pinto, na qualidade de 1º secretário e pela senhora Maria João Barroso Lopes, na qualidade de 2ª secretária, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 – Período antes da ordem do dia**

#### **Ponto 2 – Período de intervenção do público**

#### **Ponto 3 – Período da ordem do dia**

**Ponto 3.1 –** Análise conducente à aprovação da Ata n.º 5 da sessão Ordinária de 20 de setembro de 2024.

**Ponto 3.2 –** Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

**Ponto 3.3 –** Relatório de Controlo de Manutenção do Centro Escolar.

**Ponto 3.4 –** Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025.

**Ponto 3.5 –** Proposta de fixação de participação variável no IRS para o ano de 2025.

**Ponto 3.6 -** Proposta de fixação de taxas de IMI para o ano de 2025.

**Ponto 3.7 –** Proposta de lançamento de derrama para o ano 2025.

**Ponto 3.8 –** Proposta de Mapa de Pessoal – 2025.

**Ponto 3.9 –** Proposta de Opções do Plano 2025-2029 e Proposta de Orçamento para 2025.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

**Ponto 3.10** – Norma de Controlo Interno.

**Ponto 3.11** – Proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024 (3ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades municipais).

**Ponto 3.12** – Calendarização das sessões da Assembleia Municipal para o ano de 2025.

Para além dos membros que constituem a mesa da Assembleia Municipal, estiveram presentes os seguintes membros: Celso Miguel Lopes Ramalho; Joana Lopes Morgado Véstia; João António Ameixa Morgado; João Pedro Martins Leitão; João André Pires Lopes, José Joaquim Figueiredo Banza; Leonel António Valentim Infante; Lino Duarte Moreira Amaro; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Miguel António Ramos Mendanha; Nelson Joaquim Gomes Gato; Olga Marina Lobinho Alpalhão; Paulo Jorge Panasco Aires; Paulo Vicente Ramos Mendanha e Virgolino Joaquim Calhau Canhoto.

Verificou-se a ausência dos seguintes membros:

- Sara Cristina Alpalhão Anselmo, cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 1**) tendo sido substituída pelo membro Celso Miguel Lopes Ramalho,
- Rui Miguel Tavares Nobre Franco, cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 2**) tendo sido substituído pelo membro Olga Mariana Lobinho Alpalhão,
- Vanda Cristina Branco Godinho, cuja justificação se arquiva em pasta anexa (**documento n.º 3**) tendo sido substituída pelo membro João António Ameixa Morgado.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

A sessão, foi transmitida em direto pelos canais do Município, podendo os interessados ter acesso à transmissão da mesma no site do Município de Borba ([www.cm-borba.pt/municipio/assembleia-municipal/sesoes-da-assembleia](http://www.cm-borba.pt/municipio/assembleia-municipal/sesoes-da-assembleia) ou no Facebook do Município em:

[https://www.facebook.com/municipiodeborba/videos/559545266959844?locale=pt\\_PT](https://www.facebook.com/municipiodeborba/videos/559545266959844?locale=pt_PT)

**De acordo com o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.**

### PONTO 1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Presidente da Assembleia Municipal** iniciou a sessão, cumprimentou todos os presentes e deu a palavra ao **membro Nelson Gato** que disse que nesta sessão não iria falar sobre os assuntos que habitualmente tem questionado, pois sabe que ainda não estão resolvidos e não vale a pena estar a repetir-se.

Deixou dois comentários:

1º - Tem conhecimento que a Câmara adquiriu um equipamento para triturar verdes. Assim sendo, porque é que a Câmara continua a fazer queimadas no Alto dos Espinheiros?

2º - Houve uma pessoa que teve um problema de saúde, teve a infelicidade de acabar por falecer e as ambulâncias não conseguiram chegar ao local. Isto porque as ruas estavam interrompidas, com carros estacionados, e as ambulâncias tiveram de ficar a uma distância significativa do local onde estava a acontecer o incidente, “imaginem se for um incêndio! O carro dos bombeiros não pode ficar no alto da praça (...) de uma vez por todas, é altura de se olhar para estes pormenores e de se resolverem estes assuntos (...) tem que se dizer às pessoas que não podem deixar o carro à frente da porta, porque isso pode criar problemas para todos (...) de uma vez por todas temos que olhar para isto de uma forma séria”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Foi dada a palavra ao **membro Maria João Lopes** que, dirigindo-se ao Presidente e ao restante executivo da Câmara, recordou-lhes que numa Assembleia Municipal foi abordado um assunto, que teve por base uma carta dirigida à Assembleia Municipal, por parte de um conjunto de munícipes, relativamente a uma homenagem a ser feita ao Enfermeiro José Luís, “foi aqui sugerido e ficou escrito em ata alguma iniciativa para fazermos essa homenagem e passei o assunto ao executivo... já foi feito algum contacto com a família? Qual o ponto de situação?”

Pretendeu também saber, se já foi dada alguma resposta ao requerimento apresentado na reunião de Câmara de 19 de setembro pela funcionária Maria Pécurto acerca do SIADAP.

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao **membro Paulo Aires** que desejou Boas Festas a todos e pretendeu saber informação sobre um projeto que está a decorrer na CIMAC sobre a aquisição de uma viatura de combate a incêndios, “com uma possível participação de 85% da parte da CIMAC e os outros 15% da parte do município ou dos Bombeiros... estamos a falar de uma viatura que custa cerca de 400mil euros e que faz bastante falta na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba”

Seguidamente, reforçou o que foi dito pelo membro Nelson Gato.

Pretendeu também saber, porque é que “no distrito de Évora somos os únicos que não aderimos ao apoio ao bombeiro para darmos umas regalias aos nossos bombeiros, para ver se conseguimos cativar mais bombeiros, porque neste momento a instituição está com problemas de pessoal”

Outra questão pretendeu saber foi o ponto de situação da Salgada, “na última Assembleia o senhor Presidente disse que já estava tudo resolvido e que no dia seguinte à Assembleia aquilo seria tudo retirado. Estamos a falar de setembro a dezembro, e continua tudo na mesma”

Foi dada a palavra ao **membro João Pedro Leitão**, que disse que a sua questão já foi colocada várias vezes e que tem que ver com a Fibra Ótica nas aldeias, saber nomeadamente se já houve mais contactos com Governo, “se já está aberta alguma dessas zonas brancas que referiu que se iam abrir.”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Outro assunto que abordou, que também já é recorrente, tem que ver com o Posto da GNR, nomeadamente, saber o ponto de situação.

Foi dada a palavra ao **membro Leonel Infante**, que questionou o Vereador Pedro Esteves acerca do que disse em reunião de Câmara em relação à participação que foi dada à Junta de Freguesia de Orada para o Polidesportivo “disse que o valor foi pouco em relação ao que foi dado à Matriz, se me souber dizer qual foi o dinheiro que foi dado à Matriz, eu agradecia”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **membro Jorge Pinto** que, referindo-se à intervenção do membro Paulo Aires sobre a questão dos Bombeiros, disse que é importante uma estratégia regional, “digo isto, porque conheço todo o processo e participei nas sugestões, (...) está em causa uma linha de apoio à Proteção Civil no Distrito de cerca de 3 milhões e 100 mil euros. Inicialmente o processo surgiu por candidaturas das Câmaras Municipais (...) estava em causa o IVA, que tinha de ser suportado pelos municípios e sendo as candidaturas feitas em parceria ou diretamente pelos Bombeiros, o IVA era dedutível e estão em causa 1 milhão e 200 mil euros. Para além da vantagem de envolver os Corpos de Bombeiros nas candidaturas e nos apoios das Câmaras (...) está em causa em termos de Proteção Civil, mais de 4 milhões de euros de investimento no Distrito, o que é importante e acho que é uma estratégia correta de envolvimento dos 14 Corpos de Bombeiros, da Proteção Civil e dos 14 Municípios.”

Seguidamente leu a seguinte notificação que lhe foi dirigida:

*Assunto: Processo de participação ao Ministério Público de eventual crime no Município de Borba.”*

*“Na sequência do contacto telefónico estabelecido, de acordo com a disponibilidade manifestada, e por necessária a investigação do processo-crime em epígrafe, fica V. Exa. notificado para comparecer nas instalações do Tribunal de Vila Viçosa, no próximo dia 12 de dezembro, pelas 14 horas, a fim de ser inquirido como testemunha.*

*Com os melhores cumprimentos,*

*Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate à Corrupção”*



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Deixou claro, que não foi o cidadão Jorge Pinto que fez qualquer participação ao Ministério Público sobre esta matéria. Foi inquirido como testemunha, na base de certidões de atas públicas da Câmara Municipal. Sobre o que falou como testemunha, em abono do segredo de justiça e da defesa dos inquiridos, nada irá revelar.

Para responder a estas questões, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que às questões colocadas, respondeu o seguinte:

Equipamento para triturar – “é verdade que adquirimos, tentamos fazer o melhor possível, mas de qualquer forma de vez em quando há que queimar os verdes que não foram triturados, o serviço está a ser feito de uma forma correta e equilibrada.”

Trânsito – as ruas de Borba são pequenas e cada vez há mais carros em Borba, e lamentavelmente as pessoas são comodistas porque querem o carro ao pé da porta. Compraram para os Bombeiros um veículo pequeno que pode entrar em qualquer rua, para socorrer de imediato, por exemplo em caso incêndio. Se as coisas correrem mal “a culpa será da Câmara e enquanto eu estiver na câmara a culpa será sempre minha. Aqui ao lado, no espaço que está do lado esquerdo, que pertence aos Caiados, nós estamos a tentar comprar isso para fazer um parque de estacionamento (...) o membro Nelson Gato tem razão há que ter objetividade e sermos duros em relação a isso.”

Homenagem ao Enfermeiro José Luís Lameira – Está de acordo que seja feita essa homenagem. “Já falei com a Unidade Local de Saúde, com o Centro de Saúde, e para mim talvez mais importante que ser o Centro de Saúde José Luís Lameira, talvez uma rua em Borba: Rua Zé Luís Lameira, por exemplo.”

SIADAP (Maria Pécurto) – “O SIADAP é uma coisa que me dá vergonha enquanto Presidente de Câmara, a pior coisa que pode haver é esse País que nivelou por baixo, em vez de nivelar por cima, nivelou por baixo e somos obrigados a classificar pessoas, ainda por cima, limitarmos pessoas que é a pior coisa que pode haver. A Maria reclamou, como muitas pessoas reclamaram (...)” as coisas estão a ser avaliadas. Irá haver em termos administrativos, respostas diretas e claras.”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

CIMAC – “(...) se houver hipóteses de o IVA reverter para a Associação de Bombeiros, nós apoiamos o processo, mas quem vai avançar com o processo são os Bombeiros (...) terça-feira passada houve uma reunião na CIMAC e antes da reunião com a CIMAC houve uma reunião com a proteção civil (...) a última reunião que houve foi com os 14 Corpos de Bombeiros do Distrito. O que se definiu para Borba foi um autotanque e uma viatura de combate a incêndios.”

Regalias para os Bombeiros – “(...) não vejo inconveniente nenhum: redução de IMI, redução de valores de consultas, ...é simples. Estamos a comparar com os outros e iremos resolver da melhor maneira possível.”

Salgada – “(...) conseguimos tapar a salgada e faltou um documento do proprietário da Salgada, para entrar e terminar o processo (...) Neste momento estamos à espera e estou convencido que vai ser rápido, porque aquilo está feito e vai ser resolvido”

Fibra ótica – “(...) tinha negociado com a DSTELECOM o fazer a fibra na Orada e em Rio de Moinhos, entretanto eles aparecem com histórias de zona branca. Sexta-feira à tarde tivemos uma reunião com essas pessoas. Eles disseram que ganharam duas empresas, há uma empresa que mete o concurso em causa e ele disse que talvez em 15 dias ou até ao final do ano, vai resolver a situação. Eu disse-lhe o mesmo que vou dizer a vocês: se eles não fizerem, gasta-se tanto dinheiro mal gasto aqui em Borba, que antes de eu sair, há fibra na Orada, na Aldeia de Sande, na Alcaraviça em Rio de Moinhos e na sua envolvente”

GNR – Andamos a discutir esse assunto há mais de 10 anos. O que está em causa é um projeto de revisão. Na 1ª reunião de janeiro irá a concurso público a construção do posto da GNR.

Foi dada a palavra ao **membro Jorge Pinto** que, referindo-se à justa homenagem a um cidadão, “é bom que o Presidente da Câmara, de uma vez por todas, tenha respeito por esta Assembleia. A Assembleia não tem poderes executivos, mas vale aquilo que vale, e por proposta da CDU, nesta Assembleia, foi aprovado dar o nome do Enfermeiro Zé Luís ao Centro de Saúde. Sem prejuízo de também poder haver uma rua, penso que esta Assembleia, o Zé Luís, a família e todos aqueles que com ele conviveram, merecem o respeito da posição dos órgãos”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

O **Presidente da Câmara**, pediu a palavra, para dizer que concorda com o que o membro Jorge Pinto disse, reforçando que “muito mais importante que ser o Centro de Saúde José Luís, porque não o Centro de Saúde José Luís e uma Rua José Luís Lameira? É a minha opinião, estou de acordo com aquilo que foi dito e decidido, vou falar com quem tenho de falar e antes de sair é feita a homenagem, mais que merecida.”

O **Presidente da Assembleia** disse que partilhava da ideia do Presidente da Câmara.

Seguidamente, deu a palavra ao **membro Nelson Gato**, que dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que já tinha pedido e iria voltar a pedir, “porque acho que é demais: acabe de uma vez por todas com esse discurso da «culpa é minha, eu é que tenho a culpa» tem de resolver o que é para resolver, fazer o que é para fazer e se isso for feito, não há culpa de ninguém, porque as coisas estão feitas. Esse discurso pode-lhe cair bem a si, mas acho que não justifica a inércia de algumas coisas que não estão a ser devidamente feitas. Mais uma vez lhe deixo aqui este pedido: Acabe de uma vez por todas com esse discurso.”

Foi dada a palavra ao **membro Celso Ramalho**, que disse que iria fazer um esclarecimento ao Presidente da Câmara “sugeriu aqui que os bombeiros tinham um veículo mais pequeno, para socorrerem as pessoas em situação de urgência, se forem ativados para ruas mais pequenas, pelo menos foi o que eu percebi. Só esclarecer-lhe que não é à vontade dos Bombeiros que as coisas se fazem. É coordenado pelo CODU, que encaminha em situações de urgências para o local, e normalmente vai a ambulância que o CODU exige, e que até é o CODU que paga, para o local, ou seja, não é à vontade do freguês, tem de ir o meio mais apetrechado para resolver a situação.”

Em resposta à intervenção do membro Leonel Infante, foi dada a palavra ao **Vereador Pedro Esteves**, que disse não ter presente as declarações que fez, mas que fica feliz por ter suscitado aqui uma intervenção da bancada do MUB, coisa muito rara nesta Assembleia. Pelo menos estão atentos ao que o Vereador da oposição vai dizendo. Esclareceu, que o que quis certamente deixar claro, é que a Junta de Freguesia de Orada tem sido constantemente preterida em relação àquilo que são os apoios. Sugeriu ao Presidente da Câmara, que seja solicitado aos serviços, o resumo dos apoios dados às Juntas de Freguesia, neste mandato.





Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

O **Presidente da Câmara** pediu a palavra para, em resposta ao membro Paulo Aires, dizer que foi levado pela proteção civil para Borba, um veículo de incêndios e um autotanque, no valor de cerca de 380 mil euros, que a câmara está a apoiar. Em relação ao que disse o membro Celso Ramalho, disse que quando falou no veículo de incêndios pequeno que pode ir a todo o lado, “eu sei do que estou a falar, não estou a falar em termos de segurança de CODU (...) isso é outra questão. Em relação ao veículo contra incêndios, havendo de imediato uma coisa aqui em Borba, esse veículo de incêndios pequeno, entra em qualquer parte de Borba, mesmo na rua mais estreita.”

Pediu a palavra o **Vereador Joaquim Espanhol**, para dar o seguinte esclarecimento ao membro Paulo Aires:

“Enviámos um e-mail em junho para a DGEG, para ver se a estrada estava em condições de poder abrir, entretanto recebemos a comunicação, no dia 14 de novembro a dizer que faltava o relatório final do tapamento da dita pedreira, e esse relatório quem o tem de fazer é o proprietário da pedreira. Deram 20 dias úteis para esse relatório aparecer, para eles depois se pronunciarem, para podermos abrir a pedreira” Para que toda a Assembleia percebesse e tivesse conhecimento, leu o seguinte parágrafo do email rececionado da DGEG *«A reposição do funcionamento das duas faixas de circulação nos dois sentidos, em condições de segurança, que se requerem para uma infraestrutura deste tipo, está dependente da comunicação efetiva da conclusão dos trabalhos de reposição da zona de defesa aplicável»* ou seja, está depende desse relatório. Leu também a parte final dessa comunicação: *«Queira V. Exa. proceder à entrega, no prazo de 20 dias úteis do relatório final de obra.»* Disse que iriam aguardar o envio desse relatório à DGEG para que se possam pronunciar “(...) quando recebermos a comunicação que podemos abrir a estrada, na semana seguinte, temos os meios para podermos fazer essa abertura (...)”

O **membro Paulo Aires** pediu a palavra, para perguntar se existe alguma pressão por parte do Município, para que esse particular faça o relatório, “se a pessoa não fizer o relatório, passamos o resto da vida com a estrada cortada.”



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

O **Vereador Joaquim Espanhol** disse que apesar de informalmente fazerem essa pressão ao dono da pedreira, fazem-no a título particular, pois quem tem de fazer essa pressão é a DGEG.

Em relação à questão colocada pelo membro Nelson Gato, sobre o triturador, explicou que geralmente todos os anos fazem uma a duas queimadas porque há ramos mais frágeis que não passam no triturador e até utilizam essa estilha para a compostagem. Embora as queimadas sejam autorizadas, tentam evitá-las. Também a GESAMB irá fazer obras nas suas instalações aqui em Borba, para que se possam lá colocar ramagens e terem o destino adequado.

Informou ainda, que para o triturador andar acoplado a um carro dos sapadores, que normalmente é quem faz as podas no Concelho, a pessoa que o conduz tem de estar habilitada para isso. No início de 2025, estão a prever dar uma ajuda, para, especialmente os sapadores, poderem tirar esse título.

### PONTO 2 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De acordo com o art.º 45º do Regimento, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início ao período de intervenção do público.

Para intervir neste ponto, inscreveram-se dois cidadãos: o Sr. Alexandre Lameira e o Sr. Ângelo de Sá.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Sr. Alexandre Lameira**, que começou por cumprimentar todos os presentes e o público em geral. Seguidamente abordou os seguintes pontos:

- Fez no passado dia 15, 1 ano que ali esteve e falou exatamente da situação dos Bombeiros, dando os parabéns à Câmara, pelo aval que todos os meses entra nos Bombeiros. Fez referência à intervenção do 1º secretário da mesa da Assembleia, Jorge Pinto, quando falou da situação dos 14 Municípios, lembrando que 13 Municípios aderiram ao cartão do Bombeiro. Esse cartão do Bombeiro, não tem custos e até tem algumas regalias que podem ser dadas aos Bombeiros, para aqueles que querem iniciar a atividade de bombeiro e



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

prosseguir a sua carreira e que permite por exemplo o acesso às piscinas, ao cinema, .... Dirigindo-se ao Presidente da Câmara e ao Presidente da Assembleia visto ser o responsável máximo do Agrupamento de Escolas, disse que deveria de haver alguma intervenção nas escolas de modo a que os jovens “tenham mais apetência para os bombeiros, sigam esta linha, tentem personalizar, tentem ver a maneira que os jovens podem interpretar a vida de Bombeiro Voluntário e não só aquilo que conhecem quando toca a sirene, esta é uma situação que ao fim de 365 dias vejo que há efetivamente uma abertura por parte da Câmara no avanço com os Bombeiros, (...) acompanhei a Assembleia de setembro e vi que se falou em agradecer ao Corpo Bombeiros a nível nacional, mas neste momento ainda lá estão pessoas, não sei se sabem mas o quartel tem gente e esta gente ainda continua a precisar de apoio porque ainda estão em prevenção.”

- Elogiou o trabalho desenvolvido pelo Vereador Joaquim Espanhol, no que respeita aos seus pelouros, nomeadamente à alcatroagem e pavimentação, “mas isso não traz nada para Borba, isso não traz aquilo que nós precisamos, atividade e empreendedorismo para Borba, nada que sedie aqui as pessoas, que as pessoas cá fiquem dentro de Borba, eu acredito que as estradas são fundamentais, acredito nisso tudo, mas é necessária alguma coisa que foque os jovens cá dentro.”

- Parque de Feiras - Em 2009 começou-se a falar em inclusão, acessibilidade (...) já passaram 11 anos e o parque de feiras é aquilo... e eu digo que é aquilo, porque aquilo não é nada, começou às 9 da manhã terminou às 4h da tarde, não percebi o que houve naquele parque de feiras, não percebi... também estava a chover e eu não vi lá ninguém ou quase ninguém, aquilo não tem condições para nada, não sei porque insistem em fazer lá o Parque de Feiras. A Feira dos Santos (...) tem uma história bonita e tem uma história por trás extremamente importante (...) se aquilo é um parque de feiras agradecia que para o próximo ano repensassem o Parque de Feiras”

- Pavilhão Multiusos – Não serve para a Festa da Vinha e do Vinho. Tinha mais interesse quando era dentro da cidade. “É verdade, que o Prof. Ângelo quando era Presidente de Câmara, fez ali o Pavilhão com o intuito de haver ali eventos, mas a gente sabe que para eventos só dá para alguns. A Câmara deveria repensar isso, mas, entretanto, da mesma maneira que dou este senão ao Prof. Ângelo de Sá, há uma coisa muito importante que eu vi na última Assembleia, o Prof. Ângelo de Sá chegou aqui e disse que tinha um projeto da gastronomia para a UNESCO (...) qual é o meu espanto, quando foi recusado.” Independentemente da cor partidária do Prof. Ângelo de Sá, “é o Município que tem um projeto



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

e que atrai pessoas para Borba, isso é que me interessa, coisa que atualmente não está a acontecer (...) não vim à Festa da Vinha e do Vinho por motivos de saúde, mas toda a gente fala que a Festa foi uma porcaria (...) a festa se calhar não foi do agrado de toda a gente (...) Vocês não representam o povo, vocês são eleitos pelo povo e relativamente a isso há uma grande diferença. A Câmara propôs uma alteração ao orçamento para a Festa da Vinha e do Vinho, e nesta assembleia rejeitaram essa proposta. Podem ter feito má gestão, ninguém diz que não, mas atenção, é festa para o Povo, é que vocês não estão a tirar de vocês nem estão a criticar a Câmara, a Assembleia fiscaliza a Câmara, a Assembleia não tem por obrigação condicionar a câmara, isso é diferente. No fiscalizar tem de se ver aqui o povo, e esta parte da eleição, o povo elegeu e o povo neste momento não tem nada em Borba, se há hipótese se ser uma festa, deem oportunidade à Câmara e depois fiscalizem, para já apoiem a Câmara nesse sentido, isso é uma ideia minha.” Terminou a sua intervenção desejando a todos umas Festas Felizes.

Seguidamente o Presidente da Assembleia deu a palavra ao outro munícipe inscrito: **Sr. Ângelo de Sá** que cumprimentou todos os presentes e o publico em geral.

Começou por referir que não estava ali na qualidade de político, “eu não sou político, políticos são vocês”. Informou que foram apresentados ontem, no Crato, os PROVERE's de todo o Alentejo e a Associação de Desenvolvimento Montes Claros, tem um PROVERE aprovado para todos os concelhos que estão à nossa volta, do qual o Município de Borba faz parte, além dos outros 6 Municípios da zona dos mármore, incluindo o Redondo, dizendo contar com todos para colaborarem naquilo que a Associação necessitar, “espero que (...) nos apoiem e nos ajudem a concretizar a nossa estratégia que é para bem do Concelho e da região, porque nós não trabalhamos para o Concelho, trabalhamos para a região (...)”

Referiu ainda, que está também a ser preparada outra candidatura para 9 Concelhos, que são as parcerias para a coesão não urbana, da qual o Município de Borba também vai fazer parte e que todas estas candidaturas são feitas e são desenvolvidas por parte destas Associações, enquanto voluntariado, “o voluntariado é uma coisa que eu gostaria que todos os que estão aqui nesta Assembleia e os que estão a ouvir lá fora, fizessem, trabalhem voluntariamente, é importante para desenvolvermos a região. Trabalho voluntario é o que cada vez há menos, e fiquem já a saber o seguinte: o poder é efémero, neste momento eu até sou Presidente da Associação de Desenvolvimento Montes Claros e Presidente do Conselho de Administração do Monte, mas não quero louvores, nem enquanto Presidente



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

destas instituições, nem em relação à época em que desenvolvi funções políticas, porque se estão todos aqui, estão para trabalhar para a região, não precisamos de louvores. Os políticos têm de trabalhar para a região, é para isso que lhes pagam (...) não precisamos de louvores, só precisamos de uma coisa: reconhecimento”.

Relativamente ao Pavilhão de Eventos, achou curioso quando se diz «aquela coisa que não presta para nada», mas afinal é onde se faz tudo. “Este Plano da Zona Norte tem o Pavilhão de Eventos que é apenas uma peça de um puzzle. Se o executivo não sabe, se os eleitos não sabem, perguntem. O Gabinete técnico tem estes elementos todos. Se não tem, devia ter e devia informar os eleitos disto. Ainda há dias foi vendido um terreno, que dava acesso a toda esta zona, não sei o que é que se vai passar a seguir ... podem dizer: podemos derrubar este e aquele espaço, queremos fazer um parque aqui, outro ali...não! O povo é quem mais ordena. Os projetos só existem se houver políticos que estejam interessados em os desenvolver e se os proprietários dos terrenos queiram que eles se desenvolvam. Temos um Plano que foi anulado, esperemos pelo Plano Diretor Municipal, e estaremos cá todos para falar disto (...) não se arranjam os alibis, não vamos defender este ou aquele vale, há aqui gente que fala de vales sem saber o que é que está a falar, e estamos a falar de vales fluviais (...) vamos falar do que sabemos e deixemos de hipocrisia.”

Realçou, que o Plano da Zona Norte, que foi anulado, até previa resolver uma série de problemas que vinham desde os tempos da CDU de acesso a uns logradouros, “(...) o que é curioso é que quando as pessoas questionam e dizem que querem resolver o seu problema, dizem «ah... nós não sabemos de nada!» (...) Ajudemos a resolver os problemas que temos de resolver.”

A propósito do assunto dos Bombeiros “nem vamos discutir o assunto, porque aí apetecia-me remontar a 2013, apetecia-me falar do Plano que havia do alargamento do Quartel dos Bombeiros, apetecia-me falar dos lotes que foram dados aos Bombeiros, apetecia-me falar de muita coisa, portanto não vamos por aí. E já agora, se for preciso, a Associação Montes Claros está disponível para ajudar a fazer essas ditas candidaturas, também ajudamos os Bombeiros de Borba, com todo o prazer e gratuitamente.”

Em relação ao triturador, informou que já no final dos anos 90, foram visitar particularmente, o triturador que havia na Câmara Municipal do Seixal, com o objetivo de que a Associação de Desenvolvimento Montes Claros, fizesse uma empresa que triturasse tudo quanto eram verdes e fizesse matéria orgânica, “estamos a falar de finais dos anos 90... já a Câmara Municipal do Seixal fazia isso.”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Para terminar a sua intervenção, e como estamos numa área de vinha, disse que ainda hoje acabou de saber, que aqueles tutores que são colocados junto aos bacelos, quando são plantados, não são recolhidos, são resíduos industriais e que aqui ninguém recolhe. "(...) os senhores que são políticos, ponham a CCDR, a APA e por aí adiante a trabalhar, e ajudem a população desta região, com os resíduos industriais a terem forma de resolver os seus problemas ambientais."

### PONTO 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **Ponto 3.1 – Análise conducente à aprovação da Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 20 de setembro de 2024**

Previamente distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, a **Ata n.º 5/2024 foi aprovada por unanimidade**, tendo sido dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, **os membros Celso Miguel Lopes Ramalho, Olga Marina Lobinho Alpalhão e João André Pires Lopes** não participaram na votação da referida ata por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.

#### **Ponto 3.2 – Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

De acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, esteve presente, para apreciação, o **15º Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Borba, respeitante ao período compreendido entre os dias 4 de setembro e 11 de dezembro de 2024.**

Sobre esse relatório, o senhor **Vice-Presidente Joaquim Espanhol**, acrescentou o seguinte:



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

- **Obras por empreitada:**

→ Museu de Obra e Enoteca – Houve um problema com esta obra, mas retomaram-se os trabalhos no dia 14/11 e estão a decorrer a bom ritmo. Depois de ter sido aprovado em reunião de câmara, a modificação objetiva de contrato, na ordem dos cinquenta mil euros de trabalhos complementares e de trabalhos a menos, tinham um orçamento na ordem dos trezentos e oitenta mil euros, agora têm um orçamento na ordem dos quatrocentos e trinta mil. A percentagem da obra de execução estava nos 15% e aumentou para 20%, a conclusão da obra está prevista para 30 de novembro de 2025.

Relativamente à falta de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, está-se a construir uma caixa para colocar um elevador.

→ Casa do Governador – a obra está pronta, tinha trinta dias de prazo. A aprovação do plano de segurança e saúde foi no dia 19/11 e ficou pronta no dia 20/12.

→ Cineteatro – tudo o que é trabalho por administração direta está concluído: os vãos das janelas, o soalho do palco está trocado e mais alguns retoques. Fizeram a desinfestação da formiga branca das madeiras e substituiu-se algum ripado que estava já em más condições. A empresa que ganhou a empreitada já veio tirar as medidas das portas e das janelas, estão a ser feitas em estaleiro e quando estiver pronto virão aplicá-las.

- **Obras por administração direta:**

→ Substituição de caldeiras em mármore da Rua da Quinta da Prata - Alteração de pavimento em calçada e colocação de rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, requalificando o espaço.

→ Contadores – Desde a última Assembleia até à presente data, já foram mudados cerca de sessenta contadores, uns por estarem parados e outros que já têm mais de 15 anos.

Existe uma proposta para se mudar os três mil contadores instalados em Borba, aguardam por uma reunião e estão à espera de uma candidatura (na ordem dos duzentos mil euros) uma vez que com capital próprio não se consegue.



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

- Rio de Moinhos – foi feita a recuperação do campo, com parceria entre a Câmara, a Junta de Freguesia e o Grupo Desportivo de Rio de Moinhos.
- Em Rio de Moinhos, através de um protocolo, foi feita a instalação de um parque infantil na Nora. A Junta comprou o pavimento sintético e os equipamentos e a Câmara executou o restante trabalho, assentou-se o pavimento, o betão poroso, a vedação.
- Orada – a pedido do Senhor Presidente da Junta, está-se a colocar lombas redutoras de velocidade em alguns sítios definidos pelo mesmo.

No âmbito dos pelouros distribuídos à senhora **Vereadora Sofia Alexandra Dias**, no que se refere ao trabalho autárquico desenvolvido, para além das atividades descritas no Relatório destacou o seguinte:

- Área Social

Existem vários projetos ativos, infelizmente com algumas sinalizações:

- Projeto Garantia para a Infância - acompanhamento de várias situações de crianças em situação de pobreza.

- Projeto RADAR Social – acompanhamento de algumas situações “de pessoas que estão a viver menos bem”. No entanto estas sinalizações são encaminhadas para a Ação Social que as vai acompanhando e que rapidamente atua de forma a tomar “as diligências possíveis para que tudo corra pelo melhor para estas pessoas”.

- Idosos – Projeto Tempo de Cuidar, para além de algumas atividades durante o mês do Idoso, “prova disso são as aulas de natação, que agora por questões conhecidas, análise positiva à Legionella a piscina está fechada, no entanto têm tido grande sucesso as aulas de natação especialmente junto das pessoas mais idosas e daquelas que têm algumas patologias e alguns problemas de saúde”.

Com a Inatel, tem-se feito algum trabalho de parceria no âmbito da Liga Boccia Sénior, em que a população idosa tem demonstrado apreciar estas atividades. “Iremos sempre promover o envelhecimento ativo”.





Borba  
município

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

- **Saúde**

- Protocolo com a Dignidade – Cartão Abem – Foi alterado o valor do protocolo, neste momento mais pessoas podem beneficiar deste cartão, alteramos a percentagem do IAS, apesar de termos em Orçamento doze/treze mil euros, “não estamos sequer a atingir metade desta verba, portanto não existem assim tantas pessoas felizmente, que tenham aqui a necessidade de usufruir deste cartão”.

Sempre que seja necessário alteraremos este protocolo se assim se justificar.

- Funcionários – Promoção da saúde junto dos funcionários, trabalhar nalgumas áreas críticas e nalgumas áreas que por eles nos foram pedidas, tais como o álcool, o tabagismo, saúde mental e também com automedicação. O nosso intuito será formar e esclarecer cada vez mais nestas áreas e ajudá-los.

- **Património/Turismo**

Presença em diversas Feiras: Badajoz, Santarém, Vidigueira, Feira do Montado, ...

“Portanto temos andando um pouco por toda a parte do país a divulgar o concelho, é importante divulgá-lo e mostrar a quem não é de cá, mostrar o que aqui se faz.”

- **Exposições**

- Presépio Animado, no piso de baixo do Celeiro;

- **Vários Passeios Pedestres e muitas reuniões de trabalho.**

- **Transportes Escolares - Foi colocado um abrigo temporário, antes das obras de requalificação da paragem do autocarro, que auxilia nos tempos de espera junto à paragem do autocarro.**

Tem sido usado não só pelos jovens, mas por todos aqueles que necessitam, de recorrer aquele abrigo enquanto aguardam pelo autocarro.

- **4º Concurso “É Natal no Comércio Local” - Os comerciantes aceitam e aderem a este concurso, promovendo o comércio local e assim ajudamos os nossos comerciantes.**



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

- Candidaturas

Algumas candidaturas ao nível do Programa 360º, com o objetivo de fazemos pequenas melhorias em termos de acessibilidade.

- Celeiro da Cultura

- Edifício dos Paços do Concelho

- Área Social - Duas casas particulares com candidaturas concluídas, na Cerca e na Orada e duas submetidas na Orada e Barro Branco.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que falou sobre o que para ele é importante, primeiro o acompanhamento do trabalho dos Vereadores e depois de três pontos:

1. Património do Vinho da Talha – Informou, que não teve possibilidade de estar presente na reunião que houve no sábado, devido ao almoço do idoso, mas que sabe que as coisas “estão no bom caminho, sabem que Borba é parceira”.
2. Reunião com o IHRU – Estratégia Local de Habitação - há um interlocutor em comunicação direta connosco, já temos a documentação toda que nos enviou, existe grande probabilidade de ganharmos esta candidatura e aproveitar este valor ao máximo, “que é de todos nós”.
3. Reunião com as infraestruturas da Guarda Nacional Republicana – O Posto da G.N.R há 10 anos que anda a ser resolvido, “mas espero, que na primeira ou segunda reunião de janeiro lançar o concurso público da empreitada para concretizar aquilo que todos queremos: um Posto da Guarda em condições”

Informou também, que na passada segunda-feira o Senhor Presidente da Assembleia da República esteve em Vila Viçosa “(...) a conversa foi muito objetiva, primeiro que tudo a minha Terra, mas acima de tudo a nossa Região”. A conclusão a que chegamos que independentemente das cores políticas de cada um quer-se o melhor para as suas terras, mas acima de tudo para a nossa Região.

Pediu a palavra o **membro Jorge Pinto**, para colocar três perguntas ao Executivo Municipal.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Começou por referir, que o Planeamento, é um instrumento importante para se perspetivar o futuro e para se ser transparente naquilo que se faz.

A opção deste executivo, foi a de “desplanear”, por exemplo, o Plano de Pormenor da Zona Norte, que tinha um conjunto de estratégias para Borba, onde algumas das vítimas foram os olivicultores, “porque havia o compromisso de haver uma parte de lotes que tinham de ser permutados para outro local (...)”

No plano que existia, que por força maioritária desta Assembleia foi revogado o plano de pormenor (a CDU votou contra essa revogação) deixaram “a cabra à solta” e agora olha-se para o Plano Diretor Municipal “e fazemos à peça. Senhor Presidente, houve transparência, porque foi vendido um terreno em hasta pública, na Zona da Cerca, nos últimos dias. No Plano de Pormenor que existia, havia uma via estruturante naquela zona, para o desenvolvimento da Cerca, o lote que agora foi vendido à peça, era onde passava a via, que estava perspetivada.” 1ª questão: Saber se pensaram em alternativas ou se aquilo é para ficar afunilado?

Todos sabem a posição da CDU sobre a situação dos estaleiros. A Câmara Municipal assinou, assumiu e aprovou que vai começar a pagar uma renda, devolvendo sucessivamente os trezentos mil euros, que recebeu. Há uma outra cláusula naquele contrato, que é a cláusula da obrigação de reversão para a Câmara Municipal se, findo o prazo que estava dado, o comprador não desenvolver o processo. 2ª questão – “Qual é a análise do processo na Câmara Municipal, se é que ele já entrou, quando é que o prazo terminou ou termina, e tendo terminado, se a Câmara Municipal como é sua obrigação, já exerceu a reversão.”

3ª questão - Discordando da estratégia e da localização agora comprometida dos novos estaleiros da Câmara Municipal, “porque é que a Câmara Municipal, detendo uma parte substancial dos terrenos no Alto dos Bacelos e não tendo ainda lá desenvolvido rigorosamente nenhum investimento, não opta, por localizar as Oficinas da Câmara nos seus terrenos, e vai onerar os munícipes, na compra de um terreno privado, para instalar as oficinas?”

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que em resposta às questões do membro Jorge Pinto, disse o seguinte: “em relação a este lote (...) ao lado é Santa Casa, do outro lado é António Paulo, nada implica que se possa manter a mesma ligação, afastada cerca de 10



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

ou 15 metros, isto no caso de entendermos isso. Em relação ao valor da avaliação foi feita de uma forma correta e o assunto está resolvido.”

Prosseguindo a sua intervenção, disse que “em relação aos estaleiros da Câmara, nós aceitámos e assinámos com a dita empresa, que a partir de junho de 2025 iríamos pagar uma renda de cerca de 2 mil euros, por outro lado, a pessoa que representa a empresa ficou de vir cá até dezembro, entretanto e já o disse em reunião de câmara, não pode vir e vai vir cá até dia 15 janeiro. Eu já pedi aos serviços informação sobre a situação da reversão. Ninguém engana ninguém. Se aquilo é nosso, e eles não cumprirem, naturalmente iremos exercer o que por lei está definido. O espaço que nós comprámos lá em cima (para instalação do novo estaleiro) trazia essa avaliação muito pomposa e muito bonita, entretanto mandei fazer uma avaliação (...) e vou ter essa avaliação assinada, penso que, na próxima terça-feira. A avaliação que a pessoa me fez, fala em 240 mil euros, nós comprámos um terreno com edifício que com pouco dinheiro é recuperado, e já está feito. Os outros terrenos que são da câmara, e onde podíamos fazer os estaleiros, nada está feito. Ali tenho tudo feito (...) acho que o negócio foi bom para Borba (...) o dinheiro não é nosso, o dinheiro é de todos nós e sabemos o que estamos a fazer, cada vez mais tranquilos em relação a isso.”

O **membro Jorge Pinto**, pediu a palavra para dizer que não ficou esclarecido relativamente ao facto de saber se ao transformar o terreno (vendido em hasta pública que era objetivamente para uma rua) num lote para construção, compromete ou não, o futuro canal de ligação?

Não ficou igualmente esclarecido se em relação à questão dos estaleiros, já terminou ou não o prazo que estava dado ao comprador, para desenvolver o processo.

### **Ponto 3.3 – Relatório de Controlo de Manutenção do Centro Escolar.**

Para conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal, esteve presente o Relatório de Controlo de Manutenção do Centro Escolar de Borba, referente ao 4º Trimestre de 2024.

Relativamente a este relatório e para além do que está nele mencionado, a **Vereadora Sofia Dias** salientou que ao nível da climatização, a escola está a funcionar como há muito tempo não funcionava, com exceção de apenas três salas/laboratórios que ainda não estão a



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

funcionar porque falta um controlador, que já está encomendado e que vai chegar, “quando fui distribuir as lembranças, vi crianças com conforto dentro das salas de aulas (...) queremos que os alunos tenham outras experiências e outras oportunidades, e por isso, no próximo ano as nossas crianças irão visitar:

- Pré-escolar – o Centro de Ciência do Café Delta
- 1º Ciclo – o Jardim Zoológico
- 2º Ciclo – a KidZania

### **Ponto 3.4 – Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2025.**

De acordo com a proposta apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa (registo DOCS//RC/133), a Câmara Municipal de Borba, na sua reunião ordinária de 30/10/2024, **deliberou por unanimidade**, conforme previsto na alínea *b*) do n.º 3 do art.º 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, **solicitar deliberação da Assembleia Municipal de Borba, para fixação, para o ano de 2025, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25%.**

O **membro Jorge Pinto** usou da palavra para dizer que, apesar de aprovado nestas matérias, as empresas de telecomunicações continuam a não dar a informação sobre esta situação, “estamos a falar de uma taxa que representa menos de dois mil euros por ano para os cofres do Município, e apesar da Assembleia da República já ter aprovado a matéria que estas empresas não devem repercutir a sua taxa sobre os cidadãos, repercutem-no, e aqui é que não há transparência porque não dão informação nenhuma. Não estando em causa valores maiores, irei ter a abstenção.”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### **DELIBERAÇÃO**

**A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais após análise e discussão da proposta apresentada pela Câmara, deliberou por maioria, dezoito votos a favor (nove eleitos do MUB, seis do PS e três do PSD) e uma abstenção (um eleito da CDU), fixar para o ano 2025, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25%**

### **Ponto 3.5 – Proposta de fixação de participação variável no IRS para o ano de 2025.**

De acordo com a proposta apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa (DOCS//RC/145), a Câmara Municipal de Borba, na sua reunião ordinária de 13/11/2024 e no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, em articulação com previsto no n.º 2 do art.º 26º do RFALEI, **deliberou por unanimidade, propor à Assembleia Municipal autorização para fixar, para o ano de 2025 (a arrecadar em 2026) uma Participação Variável de 4% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS.

Foi dada a palavra ao **membro Jorge Pinto** que disse, “se fossem os meus interesses particulares votaria a favor, mas tal como tenho dito aqui noutras Assembleias, este valor que está em causa, 1%, que representa uma verba de mais de trinta mil euros, beneficia cidadãos que têm elevadas taxas de IRS, são ao lado de uma parte substancial dos munícipes que não pagam IRS porque têm rendimentos iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional, e tem para o salário médio, valor insignificante. Tal como noutros anos preferimos que esse dinheiro entrasse nos cofres e que reforçasse o apoio ao movimento associativo, daí o nosso voto contra.”



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### **DELIBERAÇÃO**

A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com quinze votos a favor (nove eleitos do MUB, seis eleitos do PS), três abstenções (dos eleitos do PSD) e um voto contra (eleito da CDU), autorizar fixar para o ano 2025 (a arrecadar em 2026) uma **Participação Variável de 4% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78.º do Código do IRS."

### **Ponto 3.6 - Proposta de fixação de taxas de IMI para o ano de 2025.**

De acordo com a proposta apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa (DOCS//RC/146), a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 13/11/2024, e no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, em articulação com o previsto nos art.ºs 112.º, 112.º-A e 112.º-B do CIMI, **deliberou por unanimidade, propor à Assembleia Municipal autorização para:**

- 1. Fixar uma taxa de IMI, para os prédios urbanos, de 0,35%** nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI), podendo a mesma ser fixada por freguesia, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 112.º do CIMI;
- 2. Elevar ao triplo a taxa de IMI, para prédios em ruínas,** nos termos previstos no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI;
- 3. Majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados,** considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre ou calamidade natural, nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI;
- 4. Majorar ao triplo, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono,** não podendo de a aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20 EUR por cada prédio abrangido, nos termos previstos no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI;



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

**5. Fixar uma redução da taxa de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do CIRS, compõem o respetivo agregado familiar, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, de acordo com a seguinte tabela:**

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3 ou mais	140

O **membro Jorge Pinto** pediu a palavra, para colocar a seguinte questão: os serviços estão em condições de ter o cadastro de todos os prédios em ruínas, devolutos e inscrevê-los na matriz da Autoridade Tributária até ao final do ano?

O **Presidente da Câmara** respondeu que existe o levantamento dos prédios está feito pelos serviços.

O **membro Jorge Pinto** continuou, “enquanto nós aprovamos a taxa de IMI, que recaíra sobre todos os bons cidadãos, os maus cidadãos têm de ser personalizadamente individualizados. (...) Isto é, cada prédio que esteja devoluto, cada prédio que esteja em ruínas, cada prédio daqueles que estamos aqui por colocar as majorações, têm de ser identificados um a um, o seu artigo matricial, se não for chovemos no molhado. Se eu fosse perguntar aos serviços ou à Câmara Municipal da receita de IMI que já entrou nos anos anteriores quanto é que veio desta parte? Ficaria sem resposta, se calhar não veio. (...) As taxas não vêm para o mínimo, mas ao contrário de outros anos, reconhecendo o esforço da Câmara Municipal de a ir aproximando para o mínimo, o voto da CDU será de abstenção.”





Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### DELIBERAÇÃO

**A Assembleia Municipal conforme estipulado, na alínea d) do n.º 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberou:**

- **Por maioria**, com dezassete votos a favor (oito dos eleitos do MuB, seis eleitos do PS e três eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito CDU), **autorizar fixar uma taxa de IMI, para os prédios urbanos, de 0,35%**; nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, podendo a mesma ser fixada por freguesia, nos termos previstos no n.º do art.º 112.º do CIMI;
- **Por maioria**, com dezassete votos a favor (oito dos eleitos do MuB, seis eleitos do PS e três eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito CDU), **autorizar elevar ao triplo a taxa de IMI, para prédios em ruínas**, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 112.º do CIMI;
- **Por maioria**, com dezassete votos a favor (oito dos eleitos do MuB, seis eleitos do PS e três eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito CDU), **autorizar majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens**, nos termos previstos no n.º 8 do art.º 112.º do CIM;
- **Por maioria**, com dezassete votos a favor (oito dos eleitos do MuB, seis eleitos do PS e três eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito CDU), **autorizar majorar ao triplo, a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono**, não podendo da majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20 euros por cada prédio abrangido nos termos previstos no n.º 9 do art.º 112.º do CIMI;
- **Por maioria**, com dezassete votos a favor (oito dos eleitos do MuB, seis eleitos do PS e três eleitos do PSD) e uma abstenção (eleito CDU), **autorizar fixar uma redução da taxa de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do CIRS, compõem o agregado familiar, de acordo com previsto no n.º 1 do art.º 112-A do CIMI de acordo com a seguinte tabela:**



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3 ou mais	140

No momento da votação encontrava-se ausente um membro do MUB.

### Ponto 3.7 – Proposta de lançamento de derrama para o ano 2025.

De acordo com a proposta apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa (DOCS/II/RC/143), a Câmara Municipal de Borba na sua reunião ordinária de 13/11/2024, e no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, em articulação com previsto nos art.ºs 16.º e 18.º do RFALE, **deliberou por unanimidade, propor à Assembleia Municipal autorização para:**

1. Lançar uma taxa normal de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2025, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 18.º do RFALEI;
2. Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,01% sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 EUR, sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2025, nos termos previstos no n.º 24 do art.º 18.º do RFALEI;

O membro **Maria João Lopes** usou da palavra e proferiu as seguintes considerações, “tanto para as pessoas individuais como para as pessoas coletivas, desta vez no IRS, optamos por nos abster, mas como já é hábito e agora não seria de estranhar, o PSD não apoia o lançamento de derrama sobre as empresas, isto até parece um bocadinho antagónico, porque lançaram e foi inaugurado um Centro Empresarial de Acolhimento para atrair mais investimento e empresas e agora aplicamos uma taxa mais alta de derrama, nós somos contra, queremos que as empresas se fixem aqui e que tenham condições atrativas para



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

fazerem a sua atividade, que pacote fiscal atrativo e apelativo é que nós temos para as empresas? Não temos. Que pacote de atratividade temos para as pessoas, para as famílias se fixarem aqui? Também não temos.”

O **Presidente da Assembleia** esclareceu, que a proposta de derrama é de 1% para os lucros acima de cento e cinquenta mil euros e de 0,01% para empresas com lucros inferiores a cento e cinquenta mil euros.

Não havendo mais intervenções o ponto foi colocado à votação.

### **DELIBERAÇÃO**

A **Assembleia Municipal**, no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do RJAL, **deliberou por maioria, com onze votos a favor** (oito eleitos do MUB e três eleitos do PS), **três abstenções** (três eleitos do PS) e **quatro votos contra** (três eleitos do PSD e um eleito da CDU), **autorizar o lançamento de uma taxa normal de derrama de 1,00%** sobre o lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2025, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 18.º do RFALEI; e de **uma taxa reduzida de derrama de 0,01%**, sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 EUR, sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2025, nos termos previstos no n.º 24 do art.º 18 do RFALEI.

**No momento da votação encontrava-se ausente um membro do MUB.**

O **membro Jorge Pinto** apresentou declaração de voto, que se transcreve:

“Embora voto convergente, posições divergentes.

À semelhança de outros anos, e escusamos de estar aqui a desenvolver o raciocínio, as empresas, objeto pelo valor significativo da derrama, são grandes empresas como a banca, como as distribuidoras, infelizmente já eletricidade não tem porque a lei está obsoleta, na medida em que a derrama é feita em função do número de posto de trabalho, mas ela não constitui para o mundo empresarial local, digamos, qualquer entrave, porque como já aqui demonstrei, essa derrama é de valor inferior mesmo de 1,5% a cem euros por ano, mal de



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

uma empresa que não aguenta cem euros de impostos, portanto, uma posição convergente no voto com o PSD, divergente claramente nos seus objetivos.”

### Ponto 3.8 – Proposta de Mapa de Pessoal – 2025.

Mediante proposta (DOCS/II/RC/157) apresentada pela Técnica Superior da Unidade Jurídica de Gestão Administrativa e Fiscalização, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 27/11/2024, e no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, **deliberou por unanimidade**, apresentar para efeitos de aprovação, a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2025 à Assembleia Municipal.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para referir o seguinte: “quem cá está, decide o Mapa de Pessoal, naturalmente que falámos com todos os serviços que apontaram as necessidades e nós após termos falado de forma muito objetiva, entendemos que essa é a nossa proposta de Mapa de Pessoal para 2025”.

Foi dada a palavra ao **membro Maria João Lopes**, que colocou as seguintes questões:

- O Executivo precisa de mais 90 trabalhadores para o ano de 2025?

No Mapa de Pessoal está inscrita a entrada de 90 pessoas das quais meia dúzia são Assistentes Operacionais. Mas há mais uma vaga nova para Técnico Superior (Educação Juventude Desporto Turismo Social e Saúde) e obviamente um Assistente Técnico para este Técnico Superior, que não é só um Técnico Superior é um Chefe de Divisão.

- Saiu algum Chefe de Divisão ou é um posto novo?

Há um reforço de Técnicos Superiores para a parte da Educação e Juventude, também gostava de saber que projetos é que vão ter nesta área, dado que é mais um Técnico Superior, um Assistente Técnico e também um Assistente Operacional (dos raros Assistentes Operacionais).



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Para o Radar Social, para além dos que já lá estão, passam a ter mais três técnicos superiores, ou seja, são cinco pessoas.

- Arquivos e Biblioteca, as pessoas que lá estão vão sair?

“Preveem a entrada de dois Técnicos Superiores e um Assistente Técnico, para além dos que já lá estão, ou seja, no total um reforço de 90 novos quadros no Município. Estou a ler bem os dados?”

No âmbito das questões levantadas pelo **membro Maria João Lopes**, foi dada a palavra à **Dra. Ana Menezes** (Técnica Superior/Jurista), para prestar os seguintes esclarecimentos:

“O lugar de Chefe de Divisão da Unidade que é a UDI (Unidade de Desenvolvimento Integrado) já estava previsto no ano passado. Relativamente ao Radar Social e face ao desempenho do mesmo e face à necessidade da população que existe em Borba, existe a necessidade de converter os postos de trabalhos existentes que estão a termo certo a tempo indeterminado, para haver esse acompanhamento dessas sinalizações. Os que estão agora a termo certo estão financiados e irão converter-se a tempo indeterminado, é somente isso” (...) “estavam três lugares ocupados, o da Ação Social, a pessoa que estava saiu, ficaram dois. E estão dois previstos, não são cinco, são dois que estão efetivamente a exercer. Está é previsto para o futuro, e caso se entenda abrir, esses dois.”

Foi dada a palavra ao membro **Maria João Lopes** que questionou: que projetos é que temos no Radar Social, para que passemos de dois para cinco? (...) vai estar o quadro previsto para entrarem três pessoas, é um facto. Tal como na parte do desporto estão três novos postos abertos.”

O **membro Jorge Pinto**, pediu a palavra para tecer as seguintes considerações, bem como colocar duas questões:

- No mapa de pessoal, estão ocupados 197 postos de trabalho. O Mapa de pessoal quando é feito, deve ter a sua reflexão na expressão orçamental que está aprovada, “uma coisa é dizer que estes novos 90 postos de trabalho, em que sete vão ser



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

extintos, só entram em dezembro e a sua expressão orçamental está prevista, mas no orçamento de 2026 ela é insignificante, porque só entrariam em dezembro (...)

1ª questão: Qual o impacto orçamental de 90 postos de trabalho? Um terço relativamente aos atuais.

- O problema maior de Câmaras pequenas é o equilíbrio orçamental corrente.

2ª questão: Está garantido o equilíbrio orçamental? (admitindo este impacto pleno de 90 postos de trabalho, que segundo os serviços e segundo a Câmara são necessários).

O **membro Maria João Lopes** voltou a pedir a palavra para referir que na página nº 19 do Mapa de Pessoal, estão indicados 197 postos de trabalho ocupados e 90 postos de trabalho por ocupar, o que perfaz um total de 287 pessoas. Para além dos 197 postos de trabalho há a possibilidade de entrarem no próximo ano mais 90 pessoas. Muitas delas não são Assistentes Operacionais, são Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores, e tal como se falou no ano passado, a Câmara necessita muito é de Assistentes Operacionais.

A **Vereadora Sofia Dias** pediu a palavra, para reforçar o seguinte em relação ao Radar Social: “O Projeto Radar Social não precisa de 5 pessoas, como é lógico. Mas nós não podemos colocar no Mapa de Pessoal lugares a extinguir, quando os concursos ainda nem sequer estão abertos. “Já estive a consultar e está lá de facto 2 mais 2, está lá aquela verba. Se formos à página nº 8: Assistente Operacional da Cozinha, temos 5 lugares, número de postos de trabalhos ocupados cinco: 3 por tempo indeterminado, 2 por tempo resolutivo e mais 3 por ocupar. Pelas suas contas iríamos ter 5+3+2+3 o que está errado. Serão 6, porque aqueles 2 por tempo resolutivo vão sair daqui e vão passar para tempo indeterminado. O mesmo irá acontecer no Radar Social, neste momento temos 2 lugares a tempo certo, o que pretendemos é abrir a tempo indeterminado, não vamos ficar com 2 a tempo certo e 2 a tempo indeterminado.

O **membro Maria João Lopes** em resposta ao que foi dito pela Vereadora Sofia Dias, disse: “então está a dizer que os Mapas estão mal, porque na contagem total estão lá cinco!”

A **Vereadora Sofia Dias** referiu que não se pode ainda extinguir esses 2 lugares, porque eles ainda estão ativos.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

O **membro Celso Ramalho** pediu a palavra, para tecer 3 considerações:

1. “Pensava que o responsável do Pelouro dos Recursos Humanos era o senhor Presidente, mas foi o único que não falou”.
2. Este Mapa de Pessoal, não é o Mapa de Pessoal do Partido Socialista, mas sim o que o executivo considera adequado, “se eles assim o acham, quem somos nós para o inviabilizar? (...) Dizer que consideramos haver uma grande discrepância entre Técnicos Superiores e Assistentes Operacionais”
3. A Câmara autorizou a saída de uma Técnica Superior da área das Finanças, e isso é motivo de preocupação, “espero que esta saída autorizada pelo executivo, esteja salvaguardada, porque parece-nos ser uma área em que não deve haver falhas”

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **membro Nelson Gato**, que disse que nas últimas intervenções que fez relativamente ao Mapa de Pessoal, tem vindo a dizer sempre a mesma coisa “este Mapa de Pessoal está a crescer e está cada vez mais desajustado entre os Quadros Técnicos Superiores e os Operacionais. Se perguntarmos ao senhor Vereador que tem o pelouro das obras e outros pelouros mais operacionais, ele vai ser o primeiro a dizer que é assim.”

Disse ter dúvidas, se no limite, todos os postos de trabalho que aqui estão previstos fossem ocupados, que este equilíbrio orçamental existisse. O que se está aqui a criar, são compromissos futuros e esses compromissos futuros irão pôr em causa, o funcionamento e os orçamentos futuros, “projetos com fundos de apoio terminam a qualquer momento, e nós não estamos a ter em atenção esse âmbito temporal e estamos a colocar técnicos, de forma efetiva nos quadros do Município e não há garantia que determinadas áreas, continuem a ser necessárias para o funcionamento da Autarquia, é por esse motivo que a minha opinião continua a ser a mesma: o mapa de pessoal está a caminhar num sentido perigoso em termos de uma estrutura desajustada do que com a atividade operacional.”

O **Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, disse que considera haver um desequilíbrio entre o número de Assistentes Técnicos e de Assistentes Operacionais.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Seguidamente passou a palavra ao **membro Jorge Pinto**, que colocou duas questões em relação ao mapa de pessoal:

Uma questão de princípio e que foi levantada pela bancada do Partido Socialista, e que não merece a sua concordância. Qualquer trabalhador tem de ter sempre a liberdade de poder escolher melhor as opções na sua vida. Isto é, se um trabalhador, seja ele quem for, que é bom e que é necessário, opta na mobilidade para ir para outro lado, porque tem melhores condições, não pode, em sua opinião, nenhuma autarquia restringir e “cortar as pernas” ao trabalhador. Tem de haver capacidade da Autarquia para resolver.

Outra questão de preocupação - O PCP tem dito que a transferência de competências, constituiu verdadeiramente, uma transferência de encargos. “Os Municípios receberam as transferências da educação com a verba que estava dotada. Se quiserem comparar os orçamentos de estado de 2024 para o orçamento de estado 2025, em muitos Municípios, o diferencial da verba transferida na educação, não dá sequer para pagar o aumento salarial do aumento dos rácios, não está nem nunca esteve prevista na transferência de encargos as horas extraordinárias (...)” Aos funcionários auxiliares que estavam na Escola, o Ministério da Educação não lhes pagava uma hora extraordinária, hoje, esses trabalhadores que estão por conta dos Municípios, recebem horas extraordinárias. “Há de facto um sufoco dos Municípios nesta matéria.”

Acrescentou ainda, que não faz sentido, que a população que vive em Borba, só porque os CTT têm um código postal que diz que uma parte de Borba tem o código postal de Estremoz, quando mudam o cartão de cidadão, passam de eleitores de Borba para Estremoz e ao mesmo tempo, não faz sentido que o Centro de Saúde dos Arcos, seja pago pelo Município de Borba (...). “A preocupação que aqui demonstrei, e daí também a minha abstenção no Mapa de Pessoal, é se de facto, havendo estas necessidades e não havendo recursos, há sustentabilidade orçamental, para o aguentar.”

Foi dada a palavra ao **membro Celso Ramalho**, que disse que a sua intervenção foi mal interpretada, “com certeza que a técnica que não tem culpa nenhuma e tem o direito de ir para onde ela quiser, o que eu referi foi que a camara tem que salvaguardar, para que aquela unidade, continue a funcionar com o número de efetivos que achar necessário.”





Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### DELIBERAÇÃO:

A Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por **maioria com seis votos a favor** (eleitos do MUB), **dez abstenções** (6 eleitos do PS, um eleito do PSD, 1 eleito da CDU e dois eleitos do MUB) e **dois votos contra** (dois eleitos do PSD), **aprovar a proposta de Mapa de Pessoal para 2025.**

**No momento da votação encontrava-se ausente o membro do MUB.**

### Ponto 3.9 – Proposta de Opções do Plano 2025-2029 e Proposta de Orçamento para 2025.

De acordo com a proposta (DOCS//RC/156) apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa e pela Técnica Superior da Unidade de Contratação Pública e Contabilidade, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 27/11/2024, e no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, conjugado com o disposto no n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 do SNC-AP e nos n.ºs 3 e 4 do art.º 5º do Estatuto do Direito de Oposição, **deliberou por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, que delibere aprovar as Opções do Plano 2025-2029 e a proposta de Orçamento 2025.**

**Uma vez que o Chefe de Divisão terá de se ausentar após a discussão deste ponto, e necessitando de uma resposta técnica acerca do ponto 3.11 da Ordem de Trabalhos, o membro Celso Ramalho, pretendeu saber se a proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024, é um requisito técnico que tem de vir à Assembleia.**

Foi dada a palavra ao **Chefe de Divisão** que disse que até este ano e desde que estão no SNC nunca tinham trazido à Assembleia Municipal, qualquer proposta modificativa do Orçamento, quando se está a falar do Orçamento em baixa, é um assunto meramente técnico para cumprir com taxas elevadas ao nível da receita. “Este ano levantou-se esta dúvida. Havendo dúvidas, pela 1ª vez trazemo-lo cá. É uma alteração extremamente simples em que



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

o único que se faz é reduzir receita e despesa nos mesmos montantes para que se alcancem elevadas taxas de execução ao nível da receita. É técnico.”

O **membro Celso Ramalho** reforçou a questão: “foi obrigatório ou foi decisão?”

O **Chefe de Divisão** respondeu que só vem à Assembleia, porque a própria CCDR numa nota técnica levantou este entendimento. Embora a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não compactue com este entendimento, reconhece que se numa nota técnica se fala nisto, “então deveremos ou pelo menos acautelar e se for necessário trazer, só isso.”

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro Jorge Pinto**, que começou por se referir à questão colocada pelo membro Celso Ramalho ao Chefe de Divisão, relativamente à alteração modificativa ao Orçamento na sua baixa. Em sua opinião, como a Assembleia Municipal autoriza limites máximos de despesa, quando a despesa é baixa, não deveria vir à Assembleia.

Explicou que essa alteração decorre exatamente do que foi prometido e não foi cumprido, e como foi prometido e não foi cumprido, fica uma taxa de execução muito baixinha que mostra a verdade entre as intenções e capacidade de realização. Como o que foi prometido nem sequer está comprometido, nem sequer há perspetivas daí por diante, há liberdade de as fazer desaparecer, isto é, “vamos dizer, depois quando aprovarmos isso, que afinal as intenções daquilo que foi executado, ficará muito próximo daquilo eventualmente tinha sido prometido tendo ficado escondido aquilo que não foi feito. Dou esta explicação porquê? Esta Assembleia Municipal, em determinado momento das suas deliberações, por maioria, aprovou a Estratégia Local de Habitação (...) dela decorreu um ato solene (...) de um protocolo com o IHRU relativamente à habitação. Esse protocolo, que foi repetido por todo o país, foi plasmado dessa intenção protocolar e de fotografia, a incapacidade da propositura de realização através de uma linha de financiamento que é o PRR (...) com uma capacidade para inscrever uma determinada dotação prevista para vinte e seis mil fogos de habitação no país. Não houve, no tempo do Governo do Partido Socialista, disponibilidade para modificar esse valor para as necessidades reais do país da habitação, e no atual Governo do PSD há promessas, mas nada de alterações de financiamento para isto, quer dizer que o PRR ficou cingido a vinte seis mil fogos num conjunto de financiamentos, aos quais famílias, instituições e Municípios se candidataram. Qualquer cidadão português ou em qualquer parte do mundo basta aceder ao



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

site do PRR e têm a massuda lista de cento e setenta páginas das candidaturas que foram aprovadas. E essas candidaturas é que permitem o financiamento às Estratégias Locais de Habitação e de grosso modo essas candidaturas estão classificadas como dentro do limite ou fora do limite, isto é, as candidaturas ficaram dentro do limite sejam de famílias, sejam de instituições, sejam de Municípios, as entidades cujas candidaturas foram aprovadas têm que agora dar corda ao sapato para as realizar até março/junho de 2026 datas deadline do PRR. Sobre elas existem dois problemas maiores, o primeiro é que os preços dispararam, o segundo é que as empresas não têm mão de obra, e para essa mão de obra, Portugal tem tido não investidores estrangeiros, não residentes em Portugal que compram vistos Gold, mas uma classe de emigrantes indispensáveis para a nossa economia progredir. Infelizmente assistimos esta semana à “muralha de Varsóvia”, com a intervenção de encostar durante cinco horas muitos daqueles cidadãos que estão a trabalhar, às paredes.

O Município ao lado, Vila Viçosa, teve duas candidaturas ficaram fora do limite, mas teve uma candidatura de doze fogos, dentro do limite.

Borba apresentou três candidaturas ao PRR, dando corpo ao Contrato Local de Habitação:

- uma com o número sessenta e quatro mil setecentos e vinte e quatro, para recuperação de dezasseis fogos na Rua Eça de Queirós,
- outra de doze fogos com o número de inscrição setenta mil novecentos e quarenta e sete apresentada pela Santa Casa da Misericórdia,
- e a terceira candidatura, com o número sessenta e quatro mil setecentos e vinte e três, para seis fogos na Tapada em Rio de Moinhos.

Estas três candidaturas estão todas classificadas fora do limite dos vinte e seis mil fogos deste aviso, isto é, não há verba para financiar nenhum dos fogos em Borba. “Naturalmente que há responsabilidades Governamentais, porque as verbas são insuficientes para as necessidades, mas também há outra realidade, não consideremos que os avaliadores das cento e setenta páginas de candidaturas sejam uns aldrabões e só beneficiam com o Município do Seixal porque é muito bom, porque é da CDU a fazer estas coisas. As candidaturas foram aprovadas de acordo com o mérito das Estratégias Locais de Habitação e dos seus projetos.”

Continuando a sua intervenção, disse que “Borba levou três secas, exatamente pela tal falta de qualidade do Plano Estratégia Local de Habitação, com o qual a CDU votou contra, isto



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

para simplificar que a página última e primeira do nosso Plano, quando fala no acordo de colaboração com o IHRU de um milhão seiscentos e quinze mil euros, é fantasia, porque já foi excluído deste processo, logo à partida este Plano está viciado de morte na sua concretização.”

Existe um conjunto repetitivo de processos, alguns estão em curso, mas ainda não estão aprovados, como é o caso do Museu de Borba e Enoteca, com setecentos e sessenta mil euros, cujo projeto, provavelmente vai ter reprovação na sua candidatura, “porque existem hoje normas técnicas, algumas delas fantasiosas mas ultrapassáveis (...) processos antissísmicos para edifícios antigos é complicado, mas ter nesses edifícios, e aí já não é proibitivo, as chamadas condições de eficiência energética, olhamos para este edifício para sabermos que elas foram esquecidas ou a obrigatoriedade da acessibilidade para pessoas com deficiência, que como vocês sabem, neste edifício foi esquecida, esses, não são problemas técnicos de maior. Portanto é um processo que estará entre a corda bamba e a não corda bamba.”

Seguidamente, referiu que neste orçamento, a estratégia que é dada para Borba, é colocada a estratégia da água, e na estratégia da Água recordou aquilo que há dias publicou sobre o estado da arte da água em Borba. “O estado da água em Borba leva a que neste momento se percam por ramal e por dia em Borba, trezentos e noventa e sete litros de água, isto é, cada um de nós mesmo que seja esbanjador e que gaste em casa duzentos litros de água por dia, está a pagar seiscentos litros de água por dia. Temos a mais alta taxa de perda de água do Distrito, nem sequer fiz a comparação com o concelho de Montemor-o-Novo, em que depois de todos os anos de gestão da CDU, e agora com os dois anos de gestão do PS tem quarenta e sete litros de água de perda por ramal. Fiz a comparação com Arraiolos, onde existe uma discussão tremenda de reduzir os oitenta e poucos litros de água por dia de perda dos ramais porque se considera que é muita, comparativamente com Montemor. Mas aqui são quatrocentos litros de água por dia que se perdem por ramal, mais do que se perdia há dois anos, que eram duzentos e poucos, portanto, este Plano que tinha entre outros aspetos questões fundamentais, como a água e habitação, está-nos a levar água abaixo ou melhor, Borba abaixo.”

Acrescentou, que este Orçamento insiste na estratégia de relocalizar as oficinas da Câmara, com um investimento estimado em mais de um milhão de euros. Sabe-se agora, que a Câmara Municipal “depois de ter dado um tiro no pé, para não ficar coxo, agora dá um tiro no



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

outro pé, isto é, vendeu por tuta e meia de forma ilegal, as oficinas. Deixar aqui claro que no dia 4 de setembro de 2021, esta Assembleia Municipal chamada a pronunciar-se sobre a autorização da venda do terreno das oficinas, recusou a venda, (...) e a Câmara Municipal não teve, nem nunca terá, poderes para revogar as decisões da Assembleia Municipal, independentemente, de depois terem reconsiderado o valor (...)” A decisão da Assembleia Municipal mantém-se válida e o valor daquelas instalações é seguramente superior aos mil índices, bastando a este propósito, consultar a documentação que foi à última reunião de Câmara Municipal, para se perceber que o VPT, um dos critério de valor de um prédio, e o valor de mercado, para os terrenos que a Câmara se propõe comprar para as novas instalações, é cerca de 56 % do valor real. “Direi que o VPT não está muito mau (...) este estudo de mercado que foi feito para as oficinas (...) está errado, porque compara terrenos em Borba, numa zona tendencialmente não infraestruturada, o Alto dos Bacelos, com pavilhões devidamente infraestruturados na Zona Industrial do Alandroal ou na Zona Industrial de Elvas ou na Zona Industrial de Vila Viçosa (...) faz isto, para dizer que aquele terreno valorizado para cerca de cento e trinta mil euros no VPT, vale duzentos e cinquenta mil euros, portanto é um bom negócio a Câmara comprar um terreno com um pavilhão de seiscentos metros quadrados e dezassete mil metros quadrados de área por duzentos e dez mil euros (...) a Câmara Municipal de Borba, detentora de parte substancial dos terrenos do Alto dos Bacelos que não quer desenvolver industrialmente, e numa opção errada de levar as oficinas da Câmara para o Alto dos Bacelos, não utiliza os seus terrenos e vai comprar um terreno a outro, disparates! É só o que podemos classificar, portanto “três zero” nestas matérias, não vou prosseguir na análise do descrédito sistemático, de ano após ano, do nosso Orçamento e do nosso Plano de Atividades, porque seria repetitivo daquilo que insistentemente ao longo destes anos, a CDU aqui tem afirmado.”

De seguida foi dada a palavra ao **membro Maria João Lopes** que disse que no ano passado fez um Excel paralelo ao do Chefe de Divisão, porém este ano já não se deu a esse trabalho, pois bastou ler a mensagem do Presidente, para as Opções do Plano 2025/2029. Há um orçamento para 2025, e mais uma vez “tenho a dizer a todos vós e à população borbense, que em 2026 é que vai ser bom! (o ano passado já disse que em 2025 é que ia ser bom) aqui neste caso, é em 2026 é que vai ser bom. Isto porquê? Não estou a ser irónica, basta olhar e ver/ler esta mensagem, ver que muitas das rúbricas e das pretensões, e usaram aqui muitos pretéritos perfeitos (*pretendemos, queremos, vamos procurar investir, vamos pressionar,*



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

*vamos apostar*) há muitas intenções, nós sabemos, mas nós também já conhecemos estas intenções, porque já estamos aqui há algum tempo, este executivo já está em funções há muitos anos, 3 mandatos, e já sabemos também qual é a prática, a intenção na verdade boa, mas depois a execução é zero, bola! Não podemos, mais uma vez, e eu em meu nome individual, pactuar com isto, porque eu nasci em Borba, a minha família, tanto da mãe como do pai, são de Borba, as minhas raízes são aqui, e tenho imensa dor, e é de alma e de coração, ao chegar a Borba e ver que as coisas não andam, que as coisas não acontecem e vemos ao nosso lado as coisas acontecerem (...) aqui, por muito que se mude o Governo, por muito que se mudem as pessoas dos locais, as coisas não acontecem.

Não se querendo alongar na sua intervenção, “até porque acho que as palavras são desnecessárias porque está tudo aqui dito, mas por exemplo, apanhando aqui a última intervenção do membro Jorge Pinto sobre a construção do Estaleiro Municipal, vamos ser realistas para além de tudo aquilo que ele já disse, vamos pagar uma renda, o investimento nas novas instalações será uma parte em 2025, mas o “maior bolo” deste investimento, vai ser em 2026, ou seja, vamos estar dois anos com um encargo Municipal de uma renda, seria necessário? Não.”

Relativamente ao Parque de Feiras, disse que toda a gente se queixa, mas em 2025 não se vai fazer nada, o que se irá fazer será em 2026 e 2027 “espero que este executivo já não esteja em funções, que estejam outros. Obviamente que são opções a longo prazo, obviamente que é um Plano, mas podia haver alguma coisa que nos levasse a pensar, vamos dar continuidade, mas vamos dar continuidade ao quê? O que é que temos para trabalhar? Nada.”

- Zona Industrial do Alto dos Bancelos – investimento e remodelações em 2026 até 2029, mas estão perante um orçamento para 2025. “Os munícipes não ficam congelados, eu estou-me a repetir porque estas palavras são exatamente aquelas que eu usei no ano passado, as pessoas não ficam congeladas um ano! Já estão congelados há muito tempo, este território não merece esta paragem, o adormecimento da coisa, eu acho que as pessoas aqui têm de ter uma indignação real para exigirem mais, porque podem ter mais e podem mesmo ter mais.”
- Antiga Escola da Orada – Só em 2026;
- Antiga Escola da Nora – Só em 2027;



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

“(…) as pessoas vão viver do quê? As crianças vão crescer, o que hoje e ontem era necessário, daqui a uns anos se calhar já não é tão premente (…) queremos que a natalidade aumente, mas tenho muitas dúvidas que isto aconteça se não damos condições para as pessoas se fixarem aqui. Se o abandono já é um dos elementos mais preocupantes do nosso território, o que será daqui a três anos? Se nós não damos condições para que as famílias se instalem, porque qualquer dia o centro de Borba é rural... Não estou a ser radical, mas por este andamento das coisas, não vejo perspetiva que a coisa melhor.

- Padel – Só em 2028 - “Senhor Presidente em 2028 já outra atividade está na moda, já o Padel está a sair de moda. Agora as pessoas vão esperar mais 4 anos para jogarem Padel? Obviamente que não.”
- O Borba Bikepark – Só em 2028

“Mas queremos dar o quê às pessoas? Acho que já ninguém vive de sonhos, é bom sonhar, mas é bom ter o sonho concretizado, haver essa concretização do sonho. O senhor em tempos, acho que sonhou e tinha um projeto, mas não teve pessoas ou você mesmo perdeu esse carisma de executar, e sabe que digo isto respeitando a sua pessoa, mas enquanto executivo eu não posso dizer outra coisa.”

É mencionada a aposta na Saúde que é bastante importante, mas só em 2027, tanto nas freguesias como na cidade.

“Podia continuar por aqui... não vou falar da habitação que o membro Jorge Pinto já fez o enquadramento necessário e o tempo é curto, mas também acho inadmissível isto acontecer. Depois pergunto: é isto que nós queremos? Muito honestamente, é o que queremos para Borba? Não! Porque não estamos congelados no tempo, porque o tempo é das coisas que mais avança com uma rapidez bastante grande, toda a gente se queixa do tempo e o tempo passa por todos nós e passa pelas crianças, passa pelos mais velhos e nós não lhe damos condições para viverem aqui.”

O **membro Jorge Pinto** pediu a palavra, e em complemento à sua anterior intervenção, disse que Borba no último reporte faturou trezentos e trinta e dois mil metros cúbicos de água, Borba no último reporte perdeu quinhentos e sessenta e cinco mil metros cúbicos de água, isto é, por cada metro de água que consumimos, pagamos 2,7 metros cúbicos de água. “(…) com muito trabalho e durante muitos anos, insistimos que a reestruturação das águas não passa



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

apenas pelos canos, passa pelas máquinas registadoras, o que são as máquinas registadoras? São os contadores. Nós fizemos esse estudo em particular, com o meu pessoal, e hoje a ERSAR<sup>1</sup> comprova isso nas questões que coloca, o bom funcionamento dos contadores leva ao aumento direto de faturação entre 5% a 10%. Um aumento conservador de substituição de 50% dos contadores analógicos em digitais, que custam cem euros cada um (...) mesmo que substituíssemos os três mil contadores, estamos a falar de trezentos mil euros em contadores, financiados hoje a 85%, que aumentassem em 3% a receita, em cinco anos, a recuperação do investimento era de novecentos mil euros, a triplicar, vejam no Orçamento quanto está para contadores: sete mil e quinhentos euros.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **membro Celso Ramalho**, que disse que a sensação que lhe dá, é que estão consecutivamente a votar o mesmo orçamento, “no ano passado, votámos o de 2024 que passou para 2025, o de 2025 há-de passar para 2026 e assim sucessivamente... há rubricas que têm passado consecutivamente de uns anos para os outros, e são exemplo: o parque de estacionamento para pesados, construção dos estaleiros, requalificação do Parque de Feiras, Pavilhão Multiusos, Zonas Industriais, Reabilitação do Cine Teatro, entre outros,...tanto que irá ser votada uma alteração modificativa ao Orçamento, porque nada tem sido feito, a inércia está explanada precisamente no ponto 3.11 da Ordem do Dia.”

Terminou a sua intervenção, dizendo que o Partido Socialista viabilizou o primeiro orçamento deste mandato, contudo, não poderão seguir a mesma linha de pensamento, porque basicamente nada tem sido feito.

Foi dada a palavra ao **membro Nelson Gato**, que disse que poderia dizer exatamente o que disse no ano passado “para o ano é que é, os valores estão cá. Empurrámos com a barriga para a frente e o que nos estão a propor aqui é um orçamento de 18 milhões, em que a execução que nos é apresentada nos outros documentos, neste momento é de 9 milhões (...)”

Referiu que a Câmara já deveria ter retirado do orçamento, o orçamento participativo, pois continua a aparecer e até hoje ainda não aconteceu nada.

Relativamente ao desenvolvimento do Concelho, em trazer empresas para o concelho, fazer investimentos nas zonas industriais em 2025, é zero.

<sup>1</sup> Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos





Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

O investimento no Parque de Feiras para 2025, é zero.

Neste orçamento, são apresentados 170 mil euros para fazer a Festa da Vinha e do Vinho, só na última Assembleia veio uma alteração de 150 mil euros para fazer um reforço, “então se para a última Festa precisaram de mais 150 mil euros, para a próxima só vão precisar de 170 mil euros?”

Reabilitação Parque Desportivo – está prevista uma verba para os balneários, mas há uma reivindicação de todas as coletividades que utilizam aquele parque, que é a iluminação. Houve projetos de financiamento do IPDJ, da Federação, ... deu exemplo de outras autarquias de concelhos vizinhos, que inauguraram a renovação da iluminação dos seus campos desportivos, assim como, concelhos que, em relação aos contadores de água, já os substituíram por contadores digitais de última geração. “Se nós queremos desenvolver o Concelho, não podemos abandonar estes pormenores e estamos a falar, nalguns casos de valores insignificantes, quando nos propõem um orçamento de 18 milhões de investimento para 2025.”

Para terminar deixou o seguinte alerta: “é importante saber o que queremos, mas é muito importante saber como queremos lá chegar. Nós já soubemos o que queríamos, nunca soubemos como lá chegar e andamos a inventar formas para tentar demonstrar que não conseguimos lá chegar porque a culpa é dos outros, não é nossa. De uma vez por todas vamos fazer um orçamento sério.”

Foi dada a palavra ao **membro Paulo Mendanha**, que cumprimentou e desejou votos de Boas Festas a todos os presentes. Em relação ao orçamento, disse que a bancada do MUB, irá votar favoravelmente esta proposta de Plano e de Orçamento, “porque tem como principais rubricas a valorização de estradas e arruamentos, em que vamos procurar investir nas estradas que carecem de intervenção mais urgente, nomeadamente em Borba, Rio de Moinhos e Orada. No ordenamento, no estacionamento, no novo Estaleiro Municipal, pretendemos investir nas áreas de acolhimento empresarial, uma vez que queremos impulsionar o desenvolvimento do Concelho. Continuamos a apostar na educação, nos equipamentos escolares, na requalificação do Centro Escolar de Borba, na remodelação da Oficina da Criança, na requalificação do melhoramento do Jardim de Infância de Orada, na remodelação da antiga escola primária da Nora e nos edifícios escolares de Rio de Moinhos e vamos reforçar também as Bolsas de Estudo. Vamos continuar a apostar no Turismo, na



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Cultura, na realização de certames temáticos com atividades culturais diversificadas e através do programa de Regeneração Turística dos territórios da Serra d'Ossa vai permitir criar aqui dois miradouros, um no Barro Branco e outro em Rio de Moinhos e também vamos apostar na segurança com a criação do novo Posto Territorial da GNR de Borba.”

Para além disso, informou que iriam também modernizar e reabilitar alguns equipamentos desportivos, reforçar o apoio ao associativismo via PAC e via PAD e continuar a apostar nas respostas sociais necessárias. Investir também na rede de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em baixa, que necessitam de intervenções urgentes. Continuar com as equipas de intervenção permanente e continuar a modernizar o parque de máquinas.

Por tudo o que acima referiu, disse que iriam votar favoravelmente a proposta de Plano e Orçamento. Relativamente ao voto contra o orçamento, disse que “significa que não querem saber que Borba tenha desenvolvimento, que o executivo tenha problemas com os projetos que apresenta e que um possível chumbo possa vir a influenciar a execução de alguns financiamentos. O voto contra, significa claramente o pouco sentido de responsabilidade e uma força de bloqueio ao desenvolvimento que o Concelho precisa.”

**O Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, disse que analisando a documentação referente a este ponto, verifica que a grande maioria dos projetos que existiam antes, transitam para os anos seguintes, e que estão sempre sem execução.

Aparece depois na Ordem de trabalhos, uma alteração modificativa ao orçamento, precisamente porque não há execução, “estamos a camuflar aquilo que tínhamos orçamentado, e vamos passar a ter uma taxa de execução superior, só porque fazemos esta alteração modificativa”

Seguidamente, deu a palavra ao **membro Nelson Gato**, que disse não poder ficar calado à acusação de irresponsabilidade por parte do membro Paulo Mendanha, quando refere que não querem o desenvolvimento do Concelho, “nós queremos o desenvolvimento do Concelho, mas queremos que o orçamento seja feito em função do desenvolvimento do Concelho, porque fazer um orçamento, para meter nos próximos 10 anos aquilo que não se faz agora, é fácil, é só números, fazer um *copy paste* dos orçamentos anos atrás de anos, é fácil (...) agora quando dizemos numa mensagem que queremos investir no Concelho, queremos desenvolver a entrada de novas empresas e a seguir não investimos nada nas zonas



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

industriais, não investimos nada na atração de investimentos para o concelho, quando dizemos que queremos dinamizar o turismo e os eventos, e não investimos 1 euro no Parque de Feiras, há qualquer coisa aqui que não está bem. Não é votarmos contra ou a favor que somos irresponsáveis, é quem diz uma coisa e coloca outra no documento, isso sim é irresponsabilidade.

Dirigindo-se ao membro Paulo Mendanha, disse que não eram irresponsáveis por acharem que não há coerência no documento, “não somos irresponsáveis por isso”.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro Maria João Lopes**, que no seguimento da intervenção do membro Nelson Gato, disse que ao estar a votar contra, é porque se sente muito responsável pelo documento que é apresentado. Foram convidados a apresentar propostas para o orçamento, “deliberadamente e muito consciente, o Partido Social Democrata, não o fez e nem se dignou a responder, porque nós sentimos usados. No outro ano, atendendo ao sentido de responsabilidade e ingenuamente ou acreditando na boa-fé de quem nos estava a solicitar, apresentámos propostas. Foram inscritas no orçamento. Foram executadas? Não. Fomos usados para aprovar um documento.” Recordou ainda, que na declaração de voto que fizeram, foi dito que não voltariam a fazê-lo. Não voltariam a abster-se ou a votar a favor, se não houvesse seriedade, “e ao contrário do que o membro Paulo Mendanha quer passar aqui para dentro e para quem nos está a ouvir, não somos irresponsáveis, muito pelo contrário, somos muito preocupados com a população, com o território do Município na sua globalidade, e é com sentido de responsabilidade que estamos aqui e que vamos tomar as nossas decisões (...)”

Referiu ainda que o que está em orçamento é o mínimo dos mínimos que o Município tem de assumir perante a população, a ambição já não existe, a execução muito menos, “onde é que nós estamos neste momento, membro Paulo Mendanha? Estamos no sítio certo? Não, não estamos.”

Pediu a palavra o **membro Jorge Pinto**, para dizer, que há pouco referiu que:

- Para a Estratégia Local de Habitação, não há verba. Neste orçamento estão inscritos um milhão seiscentos e quinze mil euros para a Estratégia Local de Habitação;
- Que o Museu da Enoteca não está aprovado, e está alavancado (...) com seiscentos e sessenta e três mil euros de financiamento;



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Deu nota, que os serviços sabem, que quando se faz o orçamento, as verbas a inscrever no lado da receita de financiamentos comunitários, só devem ser colocadas, quando se tem o termo de aceitação da candidatura na mão.

Face ao acima exposto colocou a seguinte questão aos serviços: “dos cinco milhões, setecentos e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e cinco centimos que alavancam este orçamento em mais de trinta por cento do seu valor, quanto é que é de grosso modo (...) ilusões, e não compromissos devidamente credenciados com aceitação de candidatura?”

Foi dada a palavra ao **Chefe de Divisão**, que respondeu que os valores que o Município considerou de receita de fundos comunitários, considerou-os em duas situações: aqueles que já têm termo de aceitação ou contrato de financiamento assinado, e aqueles, em que por algum motivo, já existe qualquer documento que evidencie que no caso de efetivamente a candidatura ou a obra ser feita, será feita com recurso a fundos comunitários, onde está por exemplo o caso do Museu de Borba e a Enoteca, porque estão dentro do pacto da EIDT com a CIMAC, ou seja, “não fomos colocar nenhum projeto que não esteja lá dentro, que esteja aceite previamente entre parceiros e incluído no documento. Como está o Museu de Borba e Enoteca, está por exemplo a requalificação do Centro Escolar de Borba, que são quase quinhentos mil euros, está a recuperação das escolas de Rio de Moinhos, está a recuperação da oficina da criança e todos os investimentos das águas. Todos eles são montantes elevados e não temos contrato de financiamento assinado, no entanto, eles estão dentro da estratégia da CIMAC, aceites como projetos para entrar em linha de conta com aprovação. Se não forem aprovados, também não temos despesa para eles. No caso da Estratégia local de Habitação o valor que temos na receita, temos na despesa, ou seja, está consignada, não servindo para isso não serve para mais nada. O mesmo acontece para provavelmente mais alguns (...) colocamos lá, porque há algo que indicia que eles sejam provavelmente aprovados (...) correremos o risco de apresentar a candidatura e ela não ser aprovada, e nessas condições, não poderemos fazer a obra.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **membro João Morgado**, que disse não concordar com a intervenção feita pelo membro Paulo Mendanha da bancada do MUB.

Concorda com o que foi dito pelo membro Jorge Pinto e pelo membro Maria João Lopes, “aliás de todas as forças aqui representadas, ainda não vi nenhuma ser força de bloqueio,



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

principalmente nós, Partido Socialista (...)” Em 2023 a bancada do Partido Socialista apresentou propostas para o Orçamento, “eram propostas tão fáceis de aceder, que nem essas foram tidas em conta, então para quê fazer? Apenas vou dizer uma: comparticipação de medicamentos a idosos carenciados no valor de 30 mil euros...era de tão fácil execução e servia as pessoas (...) os Centros de Dia da Orada e da Nora, havia promessas de projetos feitos (...) não podemos é aceitar que a bancada do MUB diga que nós somos uma força de bloqueio e que estamos aqui a prejudicar Borba, pelo contrário (...) todas as propostas e votações têm sido em consciência (...)”

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que começou por agradecer à equipa técnica da Câmara (Dr. António Passinhas, Dra. Ana Alves e o resto da equipa) por terem ouvido o que o executivo lhes disse.

Ao ouvir os membros da Assembleia, disse acreditar que nenhum deles seja uma força de bloqueio em Borba. Também acredita que quem está por fora da questão, possa avaliar melhor as coisas, “o que está aqui em causa neste momento, é o que nós estamos a propor e a oposição sabe o que vai fazer, por isso quero agradecer a todos e acima de tudo tentarem perceber que «não é empurrar com a barriga» (...) estou cada vez mais tranquilo e sei que estes 19 membros da Assembleia, são tranquilos, conscientes, confiantes e acima de tudo, ninguém é força de bloqueio”

O **membro Celso Ramalho** pediu a palavra e referindo-se à intervenção do Chefe de Divisão, disse que tudo o que está no orçamento é passível de ser feito. Se a equipa técnica lá colocou, é porque há verba para se fazer. Se não se fizer, cada um irá tirar a sua ilação.

Foi dada a palavra ao **membro Jorge Pinto**, que fez a seguinte declaração:

“Seria muito fácil neste orçamento, votar a favor e o orçamento passar, porque o resultado era exatamente o mesmo: ele não ia ser levado por diante. Isto era manhosice política de atirar para cima da Câmara a responsabilidade de fazer aquilo que promete, quando sabemos à partida que não o vai fazer (...) também podia dizer «já sabemos como isto vai correr (...) e portanto vamos abster» ouvimos uma intervenção da voz do MUB nesta Assembleia, de que vai ser tudo feito (...) mas na coerência destas questões, como disse no primeiro ano deste



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

mandato, votámos e viabilizámos o orçamento, não podemos na incoerência dar esse benefício, ainda que do ponto de vista político, iremos a partir desta tarde ouvir com tranquilidade o senhor Presidente, talvez com menos tranquilidade, o membro Paulo Mendanha e outros, tornarem-se vítimas e dizer que não vamos fazer, porque as forças de bloqueio desta Assembleia Municipal estão contra o desenvolvimento de Borba. Cá estaremos.”

### DELIBERAÇÃO

**A Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL, deliberou por maioria, com nove votos a favor (nove eleitos do MUB), duas abstenções (um eleito do PS e um eleito do PSD) e oito votos contra (cinco eleitos do PS, dois do PSD, um eleito da CDU), aprovar as opções do plano 2025-2029 e a proposta de orçamento 2025**

#### Foram apresentadas duas declarações de voto:

- Uma do Presidente da Junta de Freguesia da Orada João Pedro Leitão
- Uma declaração de voto dos membros do PS

Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Orada: (anexa como doc. 4)

“Exmo. Sr. Presidente

*Estamos perante o último orçamento deste executivo, mesmo assim, não consigo ver ambição e vontade de fazer mais por Borba. A única coisa que vejo, é o reflexo dos últimos orçamentos, as mesmas rubricas, os mesmos projetos que têm sido arrastados ano após ano. E porquê??? É por falta de ideias? É por falta de projetos? Ou é por falta de capacidade em concretizar os poucos projetos que têm?*

*Onde andam os projetos fundamentais para o Concelho de Borba? As águas em baixa, os estaleiros que ao fim de 3 ou 4 anos ter-se vendido os estaleiros, ainda não existe projeto, a Estratégia Local de Habitação, já para não falar das freguesias rurais onde também não existem projetos estruturantes para chamar pessoas para as freguesias rurais, por exemplo a fibra ótica.*



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

*Contudo, tenho de fazer uma retrospectiva destes últimos anos, não só enquanto Presidente, mas nestes 11 anos enquanto tenho estado no executivo da Junta de Freguesia de Orada. E ser Presidente de Junta, deixem que lhes diga, é das coisas mais ingratas, porque para se fazer alguma coisa, é uma pedinchice diária, não para nós, mas para os outros. E é nessa retrospectiva, que tenho de reconhecer o esforço do senhor Vereador Joaquim Espanhol para com a Junta de Freguesia de Orada. Em todas as obras por iniciativa da Junta de Freguesia, sempre demonstrou vontade de participar dentro das possibilidades do seu pelouro e não fazendo mais que a sua obrigação, mas devo dizer o que se consegue dar ou fazer no momento em que lhe é solicitado, é meio caminho para o trabalho se desenvolver e não empurrar as obras no tempo. Não fiz, nem faço, nenhum acordo com o executivo para alterar o meu sentido de voto, simplesmente o que vai na minha consciência.*

*Uma das coisas que tenho aprendido na política e que tem sido o meu lema e dos meus colgas, é que devemos chegar ao fim do dia com a consciência tranquila que fizemos o melhor que sabemos e que nos foi possível pela freguesia e pela sociedade que nos rodeia, e é nessa introspeção que o meu voto perante este orçamento é a abstenção.*

*Tenho noção que a vossa gestão fica muito aquém do que era necessário para o Concelho, mas não seremos nós a julgar esse desempenho, reprovando o orçamento. Esse escrutínio será feito pela população aquando das eleições para o próximo ano.”*

O **membro Celso Ramalho** pediu a palavra para dizer que lamenta a ausência do Presidente da Câmara na sala, uma vez que o Presidente de Junta do Partido Socialista, começou a sua intervenção com “Exmo. Sr. Presidente”

Declaração de Voto do Partido Socialista: (anexa como doc. 5) e que aqui se transcreve:

*“Nesta proposta de Orçamento para 2025, bastava aumentar um ano em cada coluna (isto é, passar muito do que estava previsto em 2024 para 2025, de 2025 para 2026...) e continuava praticamente igual ao do ano anterior. Passado um ano, empurram-se as situações para a frente e mantêm-se as intenções.*



Borba  
Município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### **São exemplos:**

*Parque de Estacionamento para pesados*

*Construção de Estaleiro Municipal*

*Requalificação do parque de Feiras*

*Pavilhão Multiusos*

*Zonas Industriais*

*Reabilitação do Cineteatro*

*Reabilitação dos balneários do Parque Desportivo de Borba*

*Orçamento participativo*

*Reabilitação paisagística das entradas de Borba*

*Espaço verde/infantil (Loteamento Eborino e Bairro da Casa do Povo)*

*Otimização Energéticas nas Piscinas Municipais*

*Posto Territorial da GNR de Borba*

*Estratégia Local de Habitação*

***O PS apresentou em 2023 propostas. Apenas propostas a executar praticamente sem custos, mas que se revelam essenciais***

*- Elaboração de um plano de intervenção global de infraestruturas para todo o concelho (com especial atenção na remodelação da rede de abastecimento de água), faseado, de modo a permitir candidatura a fundos comunitários quando disponíveis.*

*- VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS.*

*Era para ser iniciado em 2023...*

*- Centros de dia de Orada e Nora, que esteve prometido, agora mudam-se os tempos mudam-se as vontades e permanece tudo igual.*

*- Comparticipação de medicamentos a idosos carenciados – com um valor estimado de 30 000€*





Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### ***Nenhuma teve reflexo no orçamento***

### ***Este ano para quê apresentar propostas?***

*Continuamos agora a estar perante um documento da mais completa irresponsabilidade, chega mesmo até a ser desonesta, pois não é mais que adiar o que estava orçamentado para 2024! É adiar, sem qualquer tipo de argumentação que justifique este orçamento. É o continuar com a perda sistemática de quadros comunitários de apoio os quais não-de culminar com um autêntico fracasso relativamente ao PRR e candidaturas que lhe estão ligadas.*

*Ao longo de 136 meses testemunhamos a falta de compromisso nos orçamentos apresentados e, este é apenas mais um!*

*O orçamento é um instrumento essencial para o desenvolvimento do concelho, mas, quando "olhamos", "folheamos", "analisamos" este documento, surgem em nós tantas dúvidas, tantas questões! Onde está a estratégia? Onde está a planificação a médio ou longo prazo? Onde está a projeção do nosso concelho? Com que ambição foi construído este orçamento?*

***O PS jamais quer ser entendido como uma força de bloqueio, e nesta casa, foi bem patente, quer na postura dos seus membros quer nas decisões que estiveram subjacentes à assunção séria e justificada das deliberações que tomaram, quase sempre acompanhada de declaração de voto.***

*Este é literalmente um orçamento igual ao do ano anterior o qual votámos contra.*

*Este executivo não deixa alternativa, não muda em nada, não planeia e depois de tantos anos, não aprendeu sequer com os erros, continua sem estratégia para prejuízo irreversível de Borba e dos borbenses.*

***Só nos resta votar **contra**.***

**Os Eleitos do PS"**



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### Ponto 3.10 – Norma de Controlo Interno.

Mediante proposta (DOCS/II/RC/161) apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 11/12/2024 e, no uso da competência prevista na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade**, submeter a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal, com posterior remessa aos órgãos de superintendência, tutela e controlo

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a Norma de Controlo Interno é um documento que nos organismos é de existência obrigatória, tem a ver com os mecanismos anticorrupção que foram falados pelo 1º secretário. Esta norma traduz os procedimentos a ter em conta, para que efetivamente se consiga prever e antecipar qualquer tipo de mecanismo anticorrupção.

O Presidente da Assembleia questionou se havia alguma intervenção a esse respeito. Nenhum dos membros interveio neste ponto.

### DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, deliberou, por **maioria com 9 votos a favor** (oito eleitos do MUB e um eleito da CDU) e **nove abstenções** (6 eleitos do PS e três eleitos do PSD), **aprovar a Norma de Controlo Interno e a sua remessa aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.**

**No momento da votação encontrava-se ausente um eleito do MUB.**



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### **Ponto 3.11 – Proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024 (3ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades municipais).**

De acordo com a proposta (DOCS/II/RC/161) apresentada pelo Chefe de Divisão Municipal da Unidade de Finanças, Investimento e Modernização Administrativa e pela Técnica Superior da Unidade de Contratação Pública e Contabilidade, a **Câmara Municipal de Borba**, na sua reunião ordinária de 11/12/2024, e no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do RJAL, **deliberou por unanimidade, apresentar à Assembleia Municipal**, para efeitos de aprovação, a proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024 (3ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades municipais).

**O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que já se falou desta alteração modificativa, “já toda a gente ficou a perceber porque é que ela existe, e existe para que se consiga aumentar a taxa de execução da execução que não existiu, portanto, é uma camuflagem.”

**O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro Celso Ramalho**, que disse: “a pergunta que há bocado fiz ao técnico tinha precisamente a ver com isso, ou seja, dependendo da resposta dele assim seria o sentido de voto do Partido Socialista. Com o Partido Socialista não irá haver «magia», o que foi executado será o que está explanado na taxa de execução”.

Foi dada a palavra ao **membro Nelson Gato** que referiu o seguinte: “eu estava tentado votar a favor só porque é o assumir do falhanço do executivo do ano inteiro, mas por coerência vou manter o meu sentido de voto”.

Pedi a palavra o **membro Jorge Pinto**, para dizer que neste ponto é por tacticismo político, votar a favor ou abster, isto porque “se a taxa de execução for inferior a 85% durante dois anos consecutivos, lá vem um alerta precoce da DGAL, com conhecimento à Assembleia Municipal, mas como nós até já conhecemos não é necessário alerta nenhum. Vou votar favoravelmente esta proposta, é assumir claramente neste voto que o executivo fracassou”.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### DELIBERAÇÃO

Verificando-se um **empate na votação com 9 votos a favor** (oito eleitos do MUB e um eleito da CDU) e **nove votos contra** (6 eleitos do PS e três eleitos do PSD), o **Presidente da Assembleia, de acordo com o n.º 1 do artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou o seu voto de qualidade, votando favoravelmente a proposta apresentada.**

**Assim, foi deliberado por maioria, aprovar proposta de 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024 (3ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades municipais)**

**No momento da votação encontrava-se ausente um eleito do MUB.**

#### **Ponto 3.12 – Calendarização das sessões da Assembleia Municipal para o ano 2025 (até sensivelmente ao final do mandato)**

Nos termos do n.º 1 do art.º 27 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – “**Sessões ordinárias – A Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.**”

Tendo em conta que se pretende divulgar e manter na página do Município no início de cada ano civil o calendário com as datas das sessões, a mesa da Assembleia Municipal, propôs aos restantes membros, a seguinte **calendarização para o ano 2025, até sensivelmente ao final do mandato:**



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

Mês	Dia
FEVEREIRO	28
ABRIL	26
JUNHO	27
SETEMBRO	12

### DELIBERAÇÃO

Deliberado, por **unanimidade**, aprovar a proposta de calendarização das sessões ordinárias, assim como, enviar a mesma para publicação no site do Município

No momento da votação encontrava-se ausente um eleito do MUB.

### ENCERRAMENTO

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Por não haver mais assuntos a tratar o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão do dia vinte e um de dezembro, da qual se lavrou a presente ata composta por cinquenta e quatro páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.



Borba  
município

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2024)

### O Presidente da Assembleia Municipal

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar

### O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

### O Segundo Secretário

Maria João Barroso Lopes